



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apelação Cível nº 1054870-66.2023.8.26.0100

Registro: 2025.0000309552

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Apelação Cível nº 1054870-66.2023.8.26.0100**, da Comarca de **São Paulo**, em que é **apelante EDERSON JOSÉ PERES**, é **apelado BANCO DAYCOVAL S/A**.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da **38ª Câmara de Direito Privado** do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Não conheceram do recurso. V. U.**, de conformidade com o Voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores **SPENCER ALMEIDA FERREIRA (Presidente) E ANNA PAULA DIAS DA COSTA**.

São Paulo, 31 de março de 2025.

LAVÍNIO DONIZETTI PASCHOALÃO
Relator
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apelação Cível nº 1054870-66.2023.8.26.0100

Órgão Julgador: **38ª Câmara de Direito Privado**

Apelação Cível nº 1054870-66.2023.8.26.0100

Apelante: Ederson José Peres

Apelado: Banco Daycoval S/A

Comarca: São Paulo

Juíza: Dr^(a). Renata Martins de Carvalho

Voto nº 16600

APELAÇÃO - AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - Emenda da inicial - Não atendimento - Indeferimento da inicial - Sentença de extinção, sem resolução do mérito - Insurgência do requerente - Pressupostos de admissibilidade recursal - Princípio da Dialeticidade - Não observância - Afronta ao disposto no art. 1.010, II e III do CPC - Ausência de relação dialética entre o teor da sentença e o conteúdo do apelo - Fundamentos genéricos do recorrente dissociados das questões trazidas pela sentença - Inteligência do artigo 932, inciso III, do Código de Processo Civil - Ausência de devolutividade - **Sentença de extinção mantida - RECURSO NÃO CONHECIDO.**

VISTOS.

1. Cuida-se de Recurso de Apelação interposto contra a sentença de fls. 260, cujo relatório desde já fica adotado, proferida pelo(a) D. juiz(a) da 17ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, Dr(a). RENATA MARTINS DE CARVALHO, que julgou extinta a presente **AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO**, que **EDERSON JOSÉ PERES** promove contra **BANCO DAYCOVAL S/A**, com fulcro no artigo 485, incisos I e VI, c.c. artigo 321, parágrafo único e artigo 330, inciso IV, todos do Código de Processo Civil.

Esclarece o recorrente que ao ajuizar a

consignatória, objetivou o reconhecimento do seu direito a depositar judicialmente uma única parcela do financiamento, compreendidos o principal e os encargos moratórios que considerou corretos. Colaciona jurisprudência sobre a matéria. Ressalta que o magistrado de primeiro grau já dispunha de elementos suficientes para deferir o que postulado, pois não se pretende a revisão de cláusulas contratuais, mas, sim, saber os encargos moratórios efetivamente exigidos pelo apelado em razão do vencimento da prestação. Requer a anulação da r. sentença combatida para que seja decretada a procedência da ação consignatória.

Em contrarrazões (fls. 276/285), o réu defende o acerto da r. sentença recorrida. Pugna pelo desprovimento do recurso.

Recurso tempestivo e preparado (fls. 271/272).

Não houve oposição ao julgamento virtual.

É o relatório.

2. O recurso não merece acolhida.

Cumprido reconhecer que o recurso apresentado não suplanta o juízo de admissibilidade, não podendo ser conhecido.

Isto porque, como é sabido, o artigo 932, inciso III, do Código de Processo Civil consigna expressamente que incumbe ao relator “*não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida*”.

Na presente demanda, foi ao autor oportunizado a proceder a emenda da inicial para regular prosseguimento do feito (Decisão fls. 229/230). Entretanto, deixando o demandante de cumprir a decisão judicial, foi decretado o indeferimento da inicial, sendo julgado extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos da r. sentença recorrida.

Nessa esfera recursal, limita-se o apelante a defender o cabimento da ação consignatória, sem sequer impugnar o decreto de

indeferimento da petição inicial. Pugna o apelante pela reforma do julgado por meio de argumentos genéricos e dissociados do quanto fundamentado na r. sentença combatida, limitando-se a reproduzir a exordial. A peça recursal não aborda as razões de decidir da sentença recorrida, sendo certo, portanto, que não restou combatida. Falta-lhe um de seus requisitos extrínsecos, qual seja, o da regularidade formal previsto no artigo 1.010, II e III do Código de Processo Civil.

Destarte, o que se depreende é a ausência de relação dialética entre o teor da sentença impugnada e o conteúdo do apelo.

Com efeito, não se conhece de recurso “*no qual a parte discute a decisão recorrida de forma vaga, imprecisa, ou se limita a repetir argumentos já exarados em outras fases do processo, sem que haja direcionamento da argumentação para o que consta da decisão recorrida*” (Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery, *in: Código de Processo Civil comentado*, 16ª edição, São Paulo, RT, 2016, p. 1.979).

A parte recorrente não se insurge contra os fundamentos da decisão recorrida, de forma que não houve, portanto, cumprimento do disposto no art. 1.010, II e III, do CPC, em afronta ao princípio da dialeticidade.

Neste sentido, é o entendimento do STJ em todas as suas Turmas, a saber: REsp. nº 1.050.127-RJ, Rel. Min. Marco Buzzi, 4ªT., j. 07/03/2017; REsp. nº 1.320.527-RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª T., j. 23/10/2012; REsp. nº 359.080-PR, Rel. Min. José Delgado, 1ªT., j. 11/12/2001; REsp nº 272380/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, 6ªT., DJ de 11/12/2000; REsp nº 202439/RJ, 5ªT., Rel. Min. Edson Vidigal, DJ de 17/05/1999; e REsp nº 38610/PR, Rel. Min. José de Jesus Filho, 2ªT., DJ de 29/11/1993.

Assim, também, as decisões proferidas por esta C. Corte paulista:

“AÇÃO REVISIONAL. Contratos bancários. PLEITOS REVISIONAIS. Alegações genéricas deduzidas em contestação e reproduzida nas razões recursais, sem impugnação dos

fundamentos da sentença. Descumprimento do artigo 1.010, inciso III. do CPC. Ausência de requisitos formal. Dialeiticidade recursal não observada. Recurso não conhecido. SUCUMBÊNCIA. Imposição dos ônus ao autor. Descabimento. Pedidos julgados procedentes. Pagamento que incumbe ao vencido. Sentença mantida. RECURSO NÃO PROVIDO, na parte conhecida.”

(Apelação 0067889-37.2011.8.26.0114, Relator: Fernando Sastre Redondo, Data de Julgamento: 28/10/2021, 38ª Câmara de Direito Privado, TJSP)

“APELAÇÃO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C.C. INDENIZATÓRIA - EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS - SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA - RECURSO - MÉRITO - RAZÕES QUE NÃO ATACAM ESPECIFICAMENTE OS FUNDAMENTOS DA R. SENTENÇA - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE - IMPUGNAÇÃO À ASSINATURA, ALIÁS, NÃO FORMULADA OPORTUNAMENTE - AUSÊNCIA DE COGNOSCIBILIDADE - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - NÃO CARACTERIZAÇÃO DE CONDUTA PREVISTA NO ARTIGO 80 DO CPC - MULTA E INDENIZAÇÃO AFASTADAS - RECURSO CONHECIDO EM PARTE E PROVIDO.” (g.n.)

(Apelação n. 1012507-85.2019.8.26.0009, Relator: Carlos Abrão, Data de Julgamento: 24/09/2021, 14ª Câmara de Direito Privado, TJSP)

Outrossim, inaplicável o prazo previsto no parágrafo único, do artigo 932, do Código de Processo Civil, que será concedido *“unicamente para que a parte sane vício estritamente formal”* (STJ, AgInt-REsp nº 1.619.973-PB, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, 2ªT., j. 15.12.2016), ou seja, para *“regularização de vícios processuais não considerados graves”* (STJ, AgRg-AREsp nº 684.634-SP, Rel. Min. Nefi Cordeiro, 6ªT., j. 13.12.2016), já se tendo reconhecido que não serve *“para complementar a fundamentação”* de recurso que *“não impugnou especificamente todos os fundamentos da decisão”* (STJ, AgInt-AREsp n. 692.495-ES, Rel. Min. Gurgel de Faria, 1ªT., j. 23.06.2016).

Ficam as partes desde já advertidas de que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com efeitos infringentes dará ensejo à imposição da multa prevista pelo artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil. Ademais, considera-se prequestionada a matéria ventilada no



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apelação Cível nº 1054870-66.2023.8.26.0100

recurso, sendo desnecessária a indicação expressa dos dispositivos legais, conforme entendimento consolidado do E. Superior Tribunal de Justiça (**AgRg no REsp: 1470626 PE, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, j. 01/03/2016, Segunda Turma, STJ**).

3. Pelo que, diante de tais circunstâncias, em sendo este o entendimento dos demais, **VOTO** pelo **NÃO CONHECIMENTO** do recurso, nos termos do art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil.

LAVINIO DONIZETTI PASCHOALÃO

Relator